



DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA**Preço deste número — Kz: 150,00**

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional — E. P., em Luanda, Caixa Postal 1306 — End. Teleg.: «Imprensa»	ASSINATURAS		O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª séries é de Kz: 75,00 e para a 3.ª série Kz: 95,00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na Tesouraria da Imprensa Nacional — E. P.
		Ano	
	As três séries. Kz: 300 750,00		
	A 1.ª série Kz: 185 750,00		
	A 2.ª série Kz: 96 250,00		
	A 3.ª série Kz: 75 000,00		

IMPRENSA NACIONAL-E.P.
Rua Henrique de Carvalho n.º 2
Caixa Postal n.º 1306

CIRCULAR

Excelentíssimos Senhores:

Havendo necessidade de se evitarem os inconvenientes que resultam para os nossos serviços do facto das respectivas assinaturas no *Diário da República* não serem feitas com a devida oportunidade.

Para que não haja interrupção no fornecimento do *Diário da República* aos estimados clientes, temos a honra de informá-los que estão abertas a partir desta data até 15 de Dezembro de 2004 as respectivas assinaturas para o ano de 2005 pelo que deverão providenciar a regularização dos seus pagamentos junto dos nossos serviços.

1. Os preços das assinaturas do *Diário da República*, no território nacional passam a ser os seguintes:

As 3 séries	Kz: 365 750,00
1.ª série	Kz: 214 750,00
2.ª série	Kz: 112 250,00
3.ª série	Kz: 87 000,00

2. As assinaturas serão feitas apenas no regime anual.

3. Aos preços mencionados no n.º 1 acrescer-se-á um valor adicional para portes de correio por via normal das três séries, para todo o ano, no valor de Kz: 65 750,00 que poderá sofrer eventuais alterações em função da flutuação das taxas a praticar pela Empresa Nacional de Correios de Angola, E.P. no ano de 2005. Os clientes que optarem pela recepção das suas assinaturas através do correio deverão indicar o seu endereço completo, incluindo a Caixa Postal, a fim de se evitarem atrasos na sua entrega, devolução ou extravio.

Observações:

- estes preços poderão ser alterados se houver uma desvalorização da moeda nacional, numa proporção superior à base que determinou o seu cálculo;*
- as assinaturas que forem feitas depois de 15 de Dezembro de 2004 sofrerão um acréscimo de uma taxa correspondente a 15%;*
- aos organismos do Estado que não regularizem os seus pagamentos até 15 de Dezembro do ano em curso não lhes serão concedidas a crédito as assinaturas do Diário da República para o ano de 2005;*
- aos Governos Provinciais que fizerem mais de 10 assinaturas das 3 séries faremos um desconto de 25% sobre o valor dos portes de correio.*

SUMÁRIO

Conselho de Ministros

Resolução n.º 22/04:

Aprova a Estratégia para o Aproveitamento Racional dos Recursos Agro-Minerais e para o lançamento da indústria de fertilizantes em Angola.

CONSELHO DE MINISTROS

Resolução n.º 22/04

de 24 de Setembro

Considerando que as potencialidades dos agro-minerais em Angola são enormes, nomeadamente, fosfatos naturais, sais de potássio, calcários dolomíticos, enxofre, bem como

o gás natural, vitais para a implementação de projectos mineiros e industriais, susceptíveis de relançar a produção agrícola para melhoria das condições de vida da população;

Tendo em conta a necessidade de formulação de uma estratégia para orientar o aproveitamento racional e sustentável destes recursos naturais de origem mineira sólida e petrolífera a produzir localmente, visando o lançamento da indústria de fertilizantes em Angola;

Considerando a importância destes recursos para o desenvolvimento sócio-económico do País e o papel que o seu aproveitamento possa desempenhar para a melhoria do bem-estar da população;

Nos termos das disposições combinadas da alínea f) do artigo 112.º e do artigo 113.º, e da alínea g) do n.º 2 do artigo 114.º todos da Lei Constitucional, o Governo emite a seguinte resolução:

1. É aprovada a Estratégia para o Aproveitamento Racional dos Recursos Agro-Minerais e para o Lançamento da Indústria de Fertilizantes em Angola anexo à presente resolução e que dele faz parte integrante.

2. A execução da estratégia ora aprovada deve observar os limites financeiros estabelecidos no Orçamento Geral do Estado para 2004, devendo os orçamentos dos anos seguintes prever os recursos financeiros necessários à sua implementação.

3. Recomendar ao Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural a inscrição das acções da presente estratégia na carteira de projectos bancáveis no quadro do Programa Detalhado para o Desenvolvimento da Agricultura Africana/NEPAD e outros.

4. Recomendar aos Ministérios da Geologia e Minas, da Agricultura e Desenvolvimento Rural, dos Petróleos e da Indústria e da Energia e Águas a procederem às promoção dos projectos, a adequação dos programas de acções e concertação com os sectores intervenientes para a implementação da referida estratégia, sob coordenação do Ministério da Geologia e Minas.

Vista e aprovada em Conselho de Ministros, em Luanda, aos 12 de Julho de 2004.

Publique-se.

O Primeiro Ministro, *Fernando da Piedade Dias dos Santos*.

I. Introdução

A maior parte dos bens essenciais consumidos pela humanidade provém do sector agrário – da agricultura em «*latu sensu*». Daí o empenhamento de inúmeros países na estruturação e manutenção de uma agricultura diversificada e desenvolvida, na busca de uma prosperidade auto-sustentada.

Integrando-se na zona inter-tropical, mas onde a componente altitude assume papel de peso na modelação de ambientes, Angola dispõe de consideráveis condições para uma diversidade de culturas e tipos de exploração agrícola, pecuária e florestal.

Antes da independência, o sector agrário ocupou sempre um lugar de destaque no contexto das actividades produtivas do território, assegurando a sua auto-suficiência relativamente à grande parte dos bens alimentares e dando um contributo relevante à sua balança de pagamentos através da exportação de inúmeros produtos.

Tendo em conta as vantagens específicas de Angola no domínio da agricultura, impõe-se o desenvolvimento da produção agrícola, não só pelo que significa para toda a população em termos de combate à fome e de redução da pobreza, como pela expressividade do estrato populacional que assim reencontrará ocupação, identidade, sentido de auto-estima e perspectivas de realização pessoal e colectiva – estima-se que, em 2005, a população rural seja da ordem dos 7 480 000 indivíduos, isto é, que represente cerca de 51% da população global do País. Às razões aduzidas para o desenvolvimento da produção agrícola que se preconiza, junta-se a indução que o processo determina nos produtos e serviços a montante e a jusante, o emprego que gera e as arrecadações que origina.

Um dos grandes males de que sempre enferrou e que ainda hoje corrói a agricultura angolana é o do baixo nível dos rendimentos brutos por unidade de superfície disponível, particularmente na agricultura dita camponesa. O fraco desenvolvimento do sector agrícola tradicional é a expressão final da rusticidade do equipamento empregue, do tipo de energia utilizado e dos factores de beneficiamento a que se recorre, o que determina a confinamento dos agricultores por molduras de mera subsistência e que restringem a produção de excedentes comercializáveis.

No domínio agrícola, a fertilidade do solo constitui, sem dúvida, um dos determinantes de maior peso na produtividade e, por consequência, na competitividade. Nestes termos, e num quadro de prioridades das intervenções, não pode deixar de se considerar instantes as

destinadas a contemplar a fertilidade dos solos.

As potencialidades dos agro-minerais em Angola são enormes, existindo no território nacional, as fosforites da Província do Zaire e os fosfatos de Cabinda, o gesso, o enxofre e guanos no Cuanza-Sul, assim como os sais de potássio nas Bacias do Cuanza e do Baixo Congo. De realçar, que esta estratégia prevê também a implementação do projecto de produção de amónia, e a exportação da totalidade da produção numa primeira fase, bem como, à posterior, a execução dos projectos de produção de granulados de ureia e nitrato de amónia.

Considerando as potencialidades naturais, humanas e técnico-materiais do País, o Sector Geológico-Mineiro constitui um dos sectores-chave a priorizar para o desenvolvimento económico-social de Angola, através da implementação de projectos mineiros em que os recursos minerais sirvam de matérias-primas para a indústria transformadora nacional, tendo em conta os seus efeitos multiplicadores.

A presente estratégia para o lançamento da indústria de fertilizantes em Angola é uma iniciativa conjunta dos Ministérios da Geologia e Minas, da Agricultura e Desenvolvimento Rural, da Indústria e dos Petróleos, trabalho iniciado no último trimestre de 2003, e surge da necessidade de se valorizar os recursos minerais e contribuir na implementação de programas de segurança alimentar. A diminuição das importações da parte do Governo dos materiais fertilizantes que é feita em forma de doações, o aumento da produção agro-pecuária e a promoção da indústria de fertilizantes do País, permitirão a diversificação da exploração de outros recursos minerais para além dos diamantes.

O objectivo desta estratégia é de inventariar e identificar as matérias-primas de origem mineira e petrolífera a produzir localmente, criando pólos de desenvolvimento mineiros, agrários e petroquímica, susceptíveis de superar os esforços que o Governo tem empreendido no combate à fome e à miséria, ou seja na redução e eliminação da pobreza, proporcionando uma melhoria social da população.

Para a implementação desta estratégia, sugere-se a constituição de uma ou mais empresas de capitais público, misto e privado para o aproveitamento dos agro-minerais em áreas a reservar e que terão como objectivo a

prospecção, a exploração, o beneficiamento e a comercialização desses minerais agro-industriais para o fornecimento de matérias-primas à indústria transformadora angolana.

Assim, o valor global do esforço do Estado (OGE), rondará os USD 11 850 000,00 e o valor global do projecto será cerca de USD 226 910 000,00.

Justifica-se, assim, plenamente, a concepção e o desenvolvimento de uma estratégia focada para o aproveitamento racional sustentável dos recursos agro-minerais do País, tendente a elevar a fertilidade dos solos e permitir, conseqüentemente, um aumento rápido da produção e produtividade agrícola.

II. Caracterização dos Solos de Angola

De entre os diversos tipos de unidades de solo de que Angola dispõe, os psamíticos e ferralíticos dominam significativamente os restantes, representando cerca de 79% da área global angolana. São eles que servem de suporte à grande parte das culturas praticadas no País.

Do ponto de vista de fertilidade, os solos psamíticos e ferralíticos caracterizam-se por não possuírem reserva mineral alterável, ou terem-na em fraca expressão, pela pobreza em azoto e fósforo assimilável e por níveis relativamente modestos de potássio de troca.

A situação de baixa fertilidade dos solos mencionados é ainda agravada pelos fenómenos intensivos de lavagem a que são submetidos durante a época das chuvas e pela enorme tendência dos solos ferralíticos para a fixação do fósforo sob formas insolúveis e incapazes de serem utilizadas pelas plantas.

Os solos de reacção ácida ocupam cerca de 80% da área total do País. Os níveis de pH têm uma influência considerável na assimilação dos nutrientes e reflectem-se, portanto, no desenvolvimento e produção das plantas.

É o baixo nível de fertilidade de grande parte dos solos nacionais que explica, de sobremaneira, as fracas produções unitárias médias alcançadas pelo agricultor angolano,

**Produções unitárias médias do triénio 1985/87
(agricultura camponesa)**

Unidade de medida: Kg/ha

Culturas	África	Angola	Zaire	Zâmbia	Zimbábwe	Tanzânia	Nigéria	C. Marfim
Mandioca	7 758	1 500	7 136	3 547	4 162	12 222	11 109	5 556
Milho	1 497	400	868	1 921	1 666	1 196	2 098	732
Massambala	819	250	891	640	604	828	1 094	622
Massango	695	300	797	750	545	820	945	634
Amendoim	804	300	747	593	487	602	1 101	970
Feijão	695	300	581	—	729	628	—	—
Batata doce	5 803	—	5 055	7 260	2 274	3 687	13 000	2 000
Batata com.	8 727	3 000	5 330	9 375	15 998	6 841	14 000	12 000
Arroz	1 815	500	894	1 103	2 406	1 613	2 062	1 164
Café	343	120	341	911	1 087	470	524	238
Trigo	1 475	400	782	2 750	5 707	1 784	2 418	—

Fonte: Serafim, F. D. e Russo A. J. – Avaliação dos Recursos de Investigação Agrária nos Países da SADC – Relatório Angola.

particularmente do sector tradicional. A produtividade de Angola (1985/87) em algumas culturas de base e o fosso que a separa de vários países africanos podem ser apreciadas no quadro seguinte.

O benefício determinado pelo emprego de fertilizantes no aumento das produções agrícolas foi confirmado por estudos levados a cabo em vários países por um período de cinco anos, que concluíram o seguinte:

Influência no acréscimo das colheitas:

Fertilizantes	41%
Irrigação	27%
Melhoramento de sementes	13%
Mais de uma colheita anual	10%
Melhoramento do solo e outras medidas	9%

A produtividade agrícola pode ser substancialmente elevada pela compensação dos desequilíbrios nutritivos através de fertilização, e pela calagem na correcção dos níveis de acidez.

A fertilização e a calagem racionais conformam, assim, um veículo da rentabilidade dos factores da produção agrícola, tornam-se essenciais para a rentabilidade económica e social dos investimentos em infra-estruturas e acções destinadas ao apoio do sector, e afirmam-se, por conseguinte, indispensáveis ao progresso da agricultura nacional.

III. O Consumo de Fertilizantes e Correctivos em Angola

A região central angolana, que englobava áreas das

Províncias do Huambo, Bié, Huíla, Benguela e Cuanza-Sul, dominava largamente as restantes regiões no concernente ao consumo de adubos.

Em termos da globalidade do território, eram as culturas do milho, da batata e do trigo aquelas em que se procedia à aplicação de maiores quantidades de adubo, quer por parte do camponês, quer pelo agricultor empresarial.

A participação da agricultura tradicional nas produções referidas preponderava sobre a da agricultura empresarial, sendo, conseqüentemente, consideráveis os volumes de adubos empregues pelos camponeses.

As culturas industriais, como a cana-do-açúcar, o girassol e o tabaco, praticadas pelo sector empresarial, bem como assim as hortícolas, as frutícolas e o melhoramento da pastagem consumiam, também, contingentes relativamente importantes de fertilizantes.

Nunca teve qualquer expressão o emprego de correctivos.

Nos anos 70 (final da época colonial):

O consumo de adubos subiu de forma espectacular, tendo atingido totais da ordem das 76 000 toneladas em 1971, 72 000 toneladas em 1972 e 80 640 toneladas em 1973.

Os adubos complexos já constituíam cerca de 40 a 50% do total de fertilizantes empregues, dominando os de razão de equilíbrio do tipo 1:2:1.

Entre os adubos elementares, os azotados eram os mais consumidos, com larga preponderância sobre os fosfatados e os potássicos.

As culturas do milho, trigo e batata eram das mais beneficiadas pelas adubações.

Após a independência:

O consumo de adubos baixou de forma drástica, oscilando erraticamente ao longo do tempo, quedando-se por valores da ordem das 16 000 toneladas em 1999, das 8000 toneladas em 2000 e das 9000 toneladas em 2001.

Essa redução brutal é incompatível com linhas mestras para o desenvolvimento do sector agrário, orientadas para o aumento da produtividade (e da competitividade).

O Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural confirma que se mantém o reconhecimento da valia dos fertilizantes por parte do agricultor tradicional da região central angolana, que reclama insistentemente apoios na disponibilização de fertilizantes.

Qualquer programa que vise a necessária retoma e promoção do emprego dos adubos em Angola tem de considerar, no imediato, princípios de reconstituição do tecido produtivo agrícola (os agentes económicos, os cultivos e as regiões) e uma priorização das culturas e zonas a beneficiar, acrescidos, como é óbvio, da ponderação dos aspectos relativos às infra-estruturas de movimentação e de distribuição, aos meios logísticos (armazenamento e transportação, em particular) e humanos, à capacidade de gestão da acção e aos preços.

Para o efeito e num referencial de partida, afigura-se não ser possível fugir aos seguintes princípios estratégicos:

Relativamente aos Agentes Económicos:

- a) recuperação da agricultura tradicional, porquanto constitui a base produtiva de maior expressão (numérica e participativa) do País, e para obstar ao preocupante fenómeno do êxodo rural;
- b) criação de um empresariado agrícola nacional, porque medida racional para «a constituição do mercado, a endogeneização do processo de acumulação do capital e da cultura técnica, a solução dos problemas de importação de

tecnologias mais avançadas e da capacidade de adaptação das mesmas, o alívio da pressão determinada pelo desemprego e, finalmente, como uma solução para a inserção do investimento privado num quadro de defesa persistente dos verdadeiros interesses nacionais».

Relativamente às produções agrícolas:

- a) as produções fundamentais para o consumo nacional, particularmente as que contribuem para a garantia da segurança alimentar, deverão merecer uma primeira prioridade; logo, apoios mais substanciais;
- b) as produções que, resolvendo problemas do abastecimento em certas especificidades, podem, ainda, alimentar o sector agro-industrial nacional e dar azo, até, a exportações, poderão constituir a segunda prioridade;
- c) as produções destinadas à exportação (a definir através do estudo e da concepção de uma estratégia consistente e realista, ponderada na consideração da elevada instabilidade nos preços e na procura internacionais e nas possibilidades de alcance do binómio qualidade-preço, capaz de as impor nos mercados externos) deverão ser considerados de terceira prioridade.

Relativamente ao desenvolvimento regional:

- a) a realidade angolana sugere que, numa fase imediata de recuperação, o País terá de se conformar com uma estratégia de crescimento em que não se inclui uma expansão harmoniosa de todas as actividades e de todas as regiões. Assim, em termos de uma conveniente estratégia para o desenvolvimento do processo de crescimento económico do sector agrário, haverá que escolher as regiões que, para além das melhores vantagens agro-ecológicas para as actividades priorizadas, apresentam melhores infra-estruturas económicas e sociais;
- b) nas regiões não priorizadas, deverão ser observadas acções que, sem o carácter persistente das que se irão executar nas zonas

**Principais culturas a desenvolver nas diferentes regiões
(regime de exploração mais ou menos extensivos)**

Culturas	Províncias	Regiões
Raízes e tubérculos, cereais, fruteiras, hortícolas e café	Bengo	Norte
Raízes e tubérculos, cereais, hortícolas, café e leguminosas	Cabinda	
Raízes e tubérculos, cereais, fruteiras e hortícolas	Luanda	
Raízes e tubérculos, cereais, fruteiras, hortícolas e leguminosas	Malanje	
Raízes e tubérculos, cereais, café, horto-frutícolas, leguminosas, palmar	Cuanza-Norte	
Raízes e tubérculos, cereais, café, horto-frutícolas, leguminosas, palmar	Uíge	
Raízes e tubérculos, cereais, horto-frutícolas, leguminosas, palmar	Zaire	
Raízes e tubérculos, cereais, horto-frutícolas, leguminosas, palmar e culturas industriais	Benguela	Centro
Raízes e tubérculos, cereais, fruteiras, hortícolas e leguminosas	Bié	
Raízes e tubérculos, cereais, fruteiras, hortícolas, café e leguminosas	Huambo	
Raízes e tubérculos, cereais, fruteiras, hortícolas, leguminosas, café, palmar e culturas industriais	Cuanza-Sul	
Raízes e tubérculos, cereais, fruteiras, hortícolas e leguminosas	Huíla	Sul
Raízes e tubérculos, cereais, fruteiras, hortícolas e leguminosas	Quando Cubango	
Raízes e tubérculos, cereais, fruteiras, hortícolas e batata comum	Namibe	
Cereais e horto-frutícolas	Cunene	
Raízes e tubérculos, cereais, fruteiras e hortícolas	Lunda-Norte	Leste
Raízes e tubérculos, cereais, fruteiras e hortícolas	Lunda-Sul	
Raízes e tubérculos, cereais, fruteiras e hortícolas	Moxico	

Fonte: MINADER – Programa de Relançamento da Produção Agrária 2000/2001

eleitas, não deixem, contudo, o camponês marginalizado.

**Intervenção em perímetros irrigados
(regime de exploração intensiva)**

Culturas	Área (ha)	Perímetros	Províncias
Horto-frutícolas, cereais, raízes e tubérculos	1 300	Bom Jesus	Bengo
Horto-frutícolas, cereais, raízes e tubérculos	3 000	Caxito	
Pecuária, raízes e tubérculos, fruteiras	5 000	Vale do Yabi	Cabinda
Horto-frutícolas, cereais, raízes e tubérculos	315	Mucoso	Cuanza-Norte
Horto-frutícolas, cereais, raízes e tubérculos	250	Lucala	
Horto-frutícolas, cereais, raízes, tubérculos e pecuária	2 000	Bitá-Sequel	Luanda
Horto-frutícolas, cereais, raízes, tubérculos e pecuária	5 480	Kikuxi	
Horto-frutícolas, cereais, raízes e tubérculos	25 000	Vale do Bengo Kiminha/Funda	
Cereais, algodão e pecuária		Porto Amboim	Cuanza-Sul
Hortícolas, fruteiras, cereais, tabaco, raízes e tubérculos	4 100	Cavaco	Benguela
Hortícolas, fruteiras, cereais, raízes e tubérculos	4 500	Catumbela	
Hortícolas, fruteiras, cereais, raízes e tubérculos	1 000	Humpata	Huíla
Hortícolas, fruteiras, cereais, raízes e tubérculos, pecuária	3 000	Matala	
Hortícolas, fruteiras, cereais, raízes e tubérculos	1 000	Chibia	
Hortícolas, fruteiras, cereais, raízes e tubérculos, pecuária	600	Bero e Giraul	Namibe
Hortícolas, cereais, tubérculos e pecuária	500	Manquete Xangongo	Cunene
<i>Total</i>	57 045		

Fonte: MINADER – Programa de Relançamento da Produção Agrária 2000/2001

Segundo o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, «a optimização dos recursos e meios disponíveis e o aproveitamento racional das capacidades e potencialidades dos agentes económicos, das regiões e das estruturas competentes do Estado» demarcam intervenções prioritárias nos enquadramentos a seguir apresentados.

Segundo uma projecção das necessidades de nutrientes principais — azoto, fósforo e potássio — por culturas e áreas contempladas no Programa de Relançamento da Produção Agrária 2000/2001, elaborado pelo Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, haveria necessidade de dispor, em 2000/2001, de 335 580 toneladas de elementos fertilizantes principais, o que corresponde a cerca de 1 015 000 toneladas de adubos com uma concentração média de 35%. Estimando-se que a população residente de Angola em 2000 rondaria 13 134,0 milhares de pessoas, aquele total de $N+P_2O_5+K_2O$ proporcionaria um consumo de 25kg por habitante.

O alcance desta captação estava previsto para 1982-

-1983, se se tivesse mantido a tendência geral que dominou o consumo de adubos em Angola no período de 1960-1971.

É por demais evidente que as actuais capacidades do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, (configuradas pela disponibilidade de pessoal técnico de vulgarização do emprego dos adubos, de meios de movimentação, armazenagem e distribuição nas diversas regiões e localizações, pela inexistência de um sistema que permita aos agricultores obter os adubos a crédito, bem assim de um regime de concessão de subsídios ou subvenção aos preços dos fertilizantes) associado aos problemas da transportação (meios rolantes, estradas, caminhos de ferro, cabotagem, etc.) tornam irrealista pensar no alcance, a curto prazo, da projecção apresentada.

O Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, no seu Programa de Relançamento da Produção Agrária 2000/01, aponta como necessidade em adubos para desenvolvimento das acções projectadas a cifra de 34 444 toneladas. Este montante, que não tem qualquer conexão com a totalidade das áreas e culturas priorizadas no programa, há-de relacionar-se, certamente, com as reais capacidades do Ministério da Agricultura e Desenvolvi-

Previsão do consumo de fertilizantes

Hipóteses	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
A — Taxa média de crescimento anual médio de 10%	38 500	42 350	46 585	51 244	56 368	62 005	68 205	75 026	82 528	90 781
B — Taxa média de crescimento anual médio de 20%	42 000	46 200	50 820	55 902	61 492	67 641	74 406	81 846	90 031	99 034
C — Taxa média de crescimento anual médio de 25%	43 750	48 125	52 938	58 231	64 054	70 460	77 506	85 256	93 782	103 160

IV. Análise da Produção, Comércio e Consumo de Fertilizantes a Nível Mundial. O Caso Particular da SADC

As sínteses mais importantes suscitadas pelas análises relativas ao período 1996/97 – 2000/01 são as que se anotam:

Relativamente à produção:

A produção mundial de adubos, na generalidade, mostrou tender para uma certa estagnação, registando, contudo, crescimento considerável em países asiáticos – os casos da China e a Índia constituem exemplo paradigmático – e reduções sensíveis nos continentes europeu e americano.

Os adubos potássicos foram os únicos que escaparam à liderança dos países da Ásia, tendo-se mantido a Europa à frente da produção.

A produção de fosfatos naturais registou um abrandamento.

Relativamente ao comércio:

O azoto foi o elemento fertilizante que registou maior procura, o potássio evoluiu para níveis de troca mais elevados, ao passo que o fósforo manifestou perda de importância no comércio internacional.

Os maiores importadores de adubos foram os Estados Unidos, a China, a França e a Índia, e a lista dos exportadores foi liderada pelo Canadá, Rússia, Estados Unidos e Alemanha.

mento Rural e a avaliação do peso das contingências atrás especificadas.

Tendo por ponto de partida um montante de 35 000 toneladas — valor muito próximo do referido no programa do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural — afigura-se razoável as previsões do consumo de fertilizantes para o período 2004 – 2013 que o quadro seguinte apresenta, sob três hipóteses de taxa média de crescimento anual médio: 10%, 20% e 25%.

O comércio do amoníaco pautou-se por um crescimento detonador de uma procura em expansão, tendo os Estados Unidos e a Índia liderado as importações, e a Rússia, Trinidad e Tobago e a Ucrânia dominado a lista dos países exportadores.

O comércio de fosfatos naturais conheceu um declínio. Em contrapartida, o balanço final das trocas internacionais relativamente ao ácido fosfórico revelou ter havido um crescimento. A Índia liderou as importações, e Marrocos, Tunísia e a África do Sul as exportações.

Relativamente ao consumo:

O consumo mundial conheceu uma estabilização.

A África e a América do Sul mantiveram índices baixíssimos de emprego de adubos.

Em relação ao quadro particular da SADC:

A África do Sul, possuidora de relevante infra-estrutura científica e técnica e dotada de importantes recursos naturais, afirmou-se como o estado membro super dominante no que concerne à produção, comércio e consumo de agro- -minerais e produtos dele derivados (fosfatos, ácido fosfórico, amoníaco, adubos simples e compostos).

Todos os países membros foram importadores líquidos de adubos.

À excepção das Maurícias e, de certo modo, da África do Sul, mantiveram-se muito reduzidos os consumos unitários de adubos pelos países membros.

Às sínteses destacadas aduzem-se, pelo peso iniludível que têm no traçado de uma estratégia de produção de adubos, as seguintes anotações:

- a) a longo prazo, a procura mundial de fertilizantes parece impulsionada pelo crescimento da população e o aumento do padrão de vida e consequentemente o aumento da procura de alimentos, da quantidade e qualidade dos alimentos consumidos;

b) a curto e médio prazos o crescimento e a rentabilidade da indústria de fertilizantes é mais influenciada pelo crescimento económico mundial e por factores que criam desequilíbrios temporários na procura e na oferta. Estes factores incluem mudanças climáticas, o nível de stocks mundial em relação ao consumo, novas capacidades de produção e distorções no mercado de fertilizantes;

c) a Associação Internacional de Fertilizantes estima que o consumo de fertilizantes terá um crescimento entre 2.1 e 2.9% por ano no período até 2010. Espera-se que este aumento ocorra fundamentalmente nos países em desenvolvimento, particularmente no Sudoeste Asiático e América do Sul, onde os fertilizantes não têm sido utilizados em quantidades suficientes para optimização da produção e onde se espera um crescimento contínuo da população e do Produto Interno Bruto;

d) para os países desenvolvidos espera-se uma estagnação da procura e decréscimo da capacidade de produção devido ao incremento das importações a partir da Ásia, Europa do Leste e América do Sul.

V. As Ocorrências de Recursos Naturais e Problemática dos Solos de Angola

As principais matérias-primas necessárias à indústria dos adubos são:

- Gás natural (ou nafta ou carvão mineral);
- Fosfatos naturais;
- Sais de potássio;
- Enxofre (ou gesso).

Angola possui consideráveis reservas de gás natural associado e não associado. As reservas de gás associado estão estimadas em cerca de 10 trilhões de pés cúbicos e a produção de gás (associado) é de aproximadamente 1,2 bilhões de pés cúbicos por dia, dos quais cerca de 65% é queimado.

Como resultado das grandes descobertas de petróleo no «offshore» profundo e cujos desenvolvimentos estão em curso, espera-se um aumento considerável da produção de gás associado nos próximos cinco anos. Esta tendência de crescimento da produção de gás deverá manter-se por muito mais tempo, pois mais de 30 descobertas aguardam por desenvolvimento.

A localização (em offshore) dos centros produtores de petróleo/gás, a inexistência de mercados doméstico e

regional e a falta de infra-estruturas de distribuição de gás tem constituído um dos principais factores de constrangimento para o aproveitamento do gás natural.

A nafta é um produto derivado da refinação de petróleo bruto. A produção de nafta em Angola (refinaria de Luanda) em 2002 foi de 75 766 TM. A implantação de uma nova refinaria no Lobito com capacidade de processamento de 200 000 barris de petróleo por dia e uma produção de 31 200 barris de nafta por dia permitirá um aumento considerável da produção de nafta no País.

Os fosfatos naturais são a principal fonte de fósforo. Existem em Angola alguns depósitos de fosfatos orgânicos – guanos – nomeadamente nas proximidades do N'Zeto, Sumbe e Lobito, mas são as jazidas de fosfatos minerais que constituem a fonte de maior interesse.

Angola possui inúmeros jazigos de fosfatos minerais distribuídos por quatro agrupamentos distintos na natureza e na localização:

- Fosfatos sedimentares de Cabinda;
- Depósitos de fosfatos nodulares, não consolidados, do Zaire;
- Fosfatos do Bengo;
- Fosfatos associados a carbonatitos, de localização dispersa.

As principais ocorrências, reconhecidas e estudadas, de rochas fosfatadas estão localizadas nas Províncias de Cabinda e do Zaire. Pese, embora, a falta de estudos pormenorizados, parece poder-se afirmar que as ocorrências de fosfatos sedimentares nas províncias referidas induzem o interesse da sua exploração económica.

As reservas conhecidas da área do Zaire, ainda que limitadas – da ordem dos 10 000 000 de toneladas – são, relativamente, de fácil exploração. Essa limitação das reservas, aliada à dispersão das manchas exploráveis, sugerem que o interesse económico imediato do seu aproveitamento se deve orientar para o abastecimento de fosfatos naturais moídos ao País e, eventualmente, aos países vizinhos, através de um empreendimento de pouca exigência técnica e financeira.

Relativamente a Cabinda, os estudos realizados, ainda que incompletos, apontam para reservas de ordem de centenas de milhões de toneladas de concentrados de muito boa qualidade. A possibilidade de obtenção de concentrados de elevado teor — 78% a 83% BPL —, com baixo nível de substâncias nocivas, através de uma beneficiação de custo razoável, permite projectar uma exploração em grande escala, com vista à produção de produtos químicos de alto valor acrescentado, destinados não só ao mercado interno, mas sobretudo à exportação.

De modo genérico, são conhecidas algumas ocorrências de sais de potássio em Angola, nomeadamente, nas Bacias do Baixo Congo e Kwanza.

Nas concessões do onshore de Cabinda e Kwanza, pesquisadas desde a década de 50, foram confirmadas ocorrências de sais potássicos através de poços perfurados para pesquisa ou produção de petróleo. Mais de 300 poços foram perfurados no onshore das Bacias do Baixo Congo e Kwanza, tendo alguns destes poços atravessado camadas de sais das mais diversas composições químicas.

Para o onshore do Kwanza, não foi possível a recolha de dados sobre a existência de facto de sais potássicos. No onshore do Baixo Congo, são conhecidas algumas descobertas de sais potássicos em Cabinda, feitas pela Gulf Oil Company nas regiões de Dingo e Cacata, cujas reservas estão estimadas em 20 000 000 e 7 000 000 de toneladas, respectivamente. Há também indícios de ocorrências de potássio na faixa litoral da Província do Zaire.

Trabalhos de campo complementares deverão ser utilizados sobre as descobertas do onshore de Cabinda para confirmação das reservas e posteriormente estudo de pré-viabilidade.

Para a recolha de dados relativos às ocorrências de potássio no onshore da Bacia do Kwanza torna-se necessário o engajamento da TOTTAL E & P ANGOLA na qualidade de ex-operador da Associação do Onshore do Kwanza.

No território angolano existe enxofre normalmente associado ao gesso e é obtido através da redução, mas por ocorrer em bolçadas irregularmente distribuídas torna-se bastante difícil o estudo das suas reservas. No Dombe Grande, pequenas quantidades de enxofre eram utilizadas na fábrica de açúcar.

Relativamente ao gesso, existem no País jazigos na área de Bengo, Sumbe, Benguela (Dombe Grande), Lobito (Hanha). Para uma avaliação completa destes jazigos, devem ser realizados trabalhos geológicos de pesquisa e reconhecimento.

Foram já identificados calcários dolomíticos (ou calcários e dolomites) na área do Sumbe (na área vizinha a do gesso), cujos depósitos devem ser objecto de estudos

geológicos muito brevemente. Estes calcários dolomíticos estão previstos como complemento e correctivos no projecto da aplicação directa das fosforites da Província do Zaire, assim como o gesso (Sumbe), que normalmente também é utilizado como aditivo para os correctivos de solos.

VI. A Indústria de Fertilizantes e a Perspectivação do Seu Lançamento em Angola

Em Angola, a problemática do preço constitui o ponto crítico da massificação do emprego dos adubos, dada a gritante falência económica e técnica dos camponeses e o tipo de culturas – pobres – a que a maior parte dos agricultores se dedica.

Um aspecto ponderoso é o dos custos de produção dos fertilizantes, que, pelo reflexo nos preços ao consumidor, tornam-se, incontornavelmente, em elemento de juízo muito significativo para determinação do interesse da instalação da indústria de adubos.

Tal como acontece em inúmeros sectores da produção industrial, os processos ou técnicas de fabrico de adubos exigem uma escala mínima para proporcionarem eficiência económica. Abaixo de certos níveis mínimos de produção, os custos tornam-se tão elevados que colocam fora de consideração as possibilidades de operar de modo rentável.

Em síntese, pela influência considerável sobre os preços, as características a incutir numa indústria de adubos devem resultar da análise exaustiva de alguns parâmetros fundamentais, designadamente:

- Relação capacidade de produção fabril/mercado;
- Relação dimensão do(s) empreendimento(s)/custos de produção;
- Localização do(s) empreendimento(s);
- Tecnologias a utilizar e gamas de produtos a fabricar.

Outro aspecto de relevo a ter em conta na perspectivação da indústria de adubos é o seu carácter poluente. A acuidade dos problemas derivados desta característica faz com que se expanda, cada vez mais, uma consciência generalizada, universal, quanto à necessidade de implementação de medidas obrigatórias visando a melhoria dos meios de minimização e de controlo da poluição das indústrias de fertilizantes.

Indústrias de fertilizantes azotados:

Com o desenvolvimento do processo tecnológico da produção do amoníaco, os fertilizantes azotados passaram a obter-se, essencialmente, a partir desse produto.

O amoníaco é obtido a partir do azoto atmosférico e do hidrogénio procedente de um hidrocarboneto.

O processo tecnológico de produção do amoníaco reparte-se, no essencial, por três fases: preparação do gás de síntese, purificação e síntese do amoníaco.

Os fertilizantes azotados mais frequentemente produzidos pela indústria, através de diversos diagramas de fabrico, são os seguintes:

- Sulfato de amónio;
- Sulfonitrato de amónio;
- Nitrato de amónio e suas soluções sólidas;
- Cloreto de amónio;
- Nitrato de cálcio e magnésio;
- Nitrato de sódio;
- Nitrato de potássio;
- Ureia.

A nível da produção mundial de adubos azotados, o sulfato de amónio ocupou um lugar cimeiro até aos fins da década de 50, altura em que começou a ser preterido em favor do nitrato de amónio. Na década de 70, a liderança passou a ser da ureia e do grupo de adubos integrado pelo amónio e soluções azotadas, pelos fosfatos de amónio e outros compostos, complexos ou mistos.

Indústria de fertilizantes fosfatados:

Do tratamento industrial das rochas fosfatadas resultam o ácido fosfórico e os fertilizantes fosfatados de mais largo emprego, que são os superfosfatos de cálcio (em pó ou granulado), simples ou concentrados.

O processamento industrial dos fosfatos minerais naturais pode realizar-se por duas grandes e distintas vias: por tratamento ácido e por tratamento térmico.

No tratamento ácido, o reagente empregue em maior volume é o ácido sulfúrico e, em menor expressão, o ácido nítrico. Do tratamento ácido resulta, como principal subproduto, uma quantidade elevada de fosfogesso que, pelas possibilidades muito restritas de utilização, determinam acumulações poluentes preocupantes.

O tratamento térmico constitui uma alternativa ao tratamento por ácidos, mas exige fontes de energia eléctrica baratas.

Ensaio realizados nos últimos anos do período colonial, sob a orientação do Instituto de Investigação Agronómica de Angola, mostraram que as fosforites finamente moídas, em aplicação directa à terra, constituem um meio eficiente e económico de correcção da carência de fósforo

apresentada por boa parte dos solos angolanos. A elevada qualidade de uma fosforite procedente da região do N'Zeto foi particularmente posta em destaque no decurso do programa de ensaios levado a cabo.

Indústria de fertilizantes potássicos:

As principais fontes de potassa são o cloreto de potássio, o sulfato de potássio e o sal duplo $K_2SO_4 \cdot 2MgSO_4$. A produção industrial de potassa envolve a exploração de depósitos superficiais ou de jazidas subterrâneas e a refinação dos sais de potássio, quer sejam cloretos, quer sejam sulfatos, através de processos relativamente simples e correntes.

No âmbito da indústria, os condicionantes de maior especificidade e que afectam mais directamente os empreendimentos, relacionam-se com:

A escolha e gestão convenientes das matérias-primas, materiais e inputs decisivos para a economicidade dos estabelecimentos;

Um conjunto de factores do macrouniverso envolvente, que são de especial relevância em todo o processo de concepção e na materialização da produção (energia eléctrica, água, vias de comunicação, serviços, em geral, fórmulas, processos e segurança, factor humano).

Nestes termos, a indústria de adubos deverá, na medida do possível, recorrer às matérias-primas que os recursos nacionais proporcionam, concorrendo, de forma bem vindada, para a valoração dos mesmos e para a economia de divisas. Deverá, também, produzir a gama de adubos que mais se adegue às exigências da agricultura do País.

No que concerne aos adubos destinados à satisfação das necessidades da lavoura angolana, a eleição das gamas a produzir deve ter em conta o repositório de conhecimento de experiências do passado, enquanto se não dispuser de uma actividade de investigação que possa, eventualmente, reformular os seguintes princípios.

Relativamente às classes, importa dispor de adubos simples e complexos.

Atendendo aos principais sistemas angolanos clima x solo x cultura, importa observar, como orientação da gama de adubos a produzir, o seguinte:

- i) É indispensável o fornecimento fraccionado do azoto, e que a forma dominante nos adubos seja a de natureza amoniacal ou amídica, relativamente à nítrica. Nas condições de Angola, os adubos azotados de maior interesse são o sulfato de amónio, o sulfonitrato de amónio, o nitrato de amónio e respectivas diluições sólidas, e a ureia.
- ii) A adubação fosfatada deve ser conduzida sob o princípio de um elevado coeficiente de utilização do adubo. No tocante aos adubos solúveis fosfatados, quer sejam simples, quer compostos, é importante fornecê-los à lavoura sob forma granulada.
- iii) Os adubos potássicos elementares mais importantes são o sulfato de potássio e o cloreto de potássio. O cloreto fornece a unidade de potássio a um menor preço, mas não é tolerado por diversas culturas. O sulfato tem a vantagem do fornecimento simultâneo do enxofre.
- iv) O fornecimento de enxofre torna-se mais prático e económico através da sua inclusão na constituição dos adubos complexos, em teores mínimos da ordem dos 5% (expresso sob forma elementar).
- v) Dada a imposição do fraccionamento da adubação azotada (estima-se que apenas 1/3 ou 1/4 do total de azoto deva ser administrado em adubação de fundo), e em virtude do interesse de limitação do número de adubos complexos a disponibilizar, é aconselhável que os adubos referidos a fabricar tenham razões de equilíbrio que se aproximem, na medida do possível de:

N – P

1 : 2 : 0

1 : 3 : 0

N – P – K

1 : 2 : 1

1 : 2 : 2

1 : 3 : 1

1 : 3 : 2

Tendo em vista alguns condicionalismos de Angola e a preservação de aspectos económicos e de conservação, será de:

- i) Preferir os adubos granulados, que facilitam a aplicação, quer manual, quer mecânica

- ii) Optar por concentrações elevadas de nutrientes nobres, por razões de economia nas despesas afectas ao transporte, armazenagem e distribuição.
- iii) Evitar a produção de gamas de adubos de elevada higroscopicidade, em virtude dos problemas que decorrem da sua manipulação, armazenamento e aplicação.

Face à expansão do uso de adubos e a pressão de uma agricultura fornecedora de inúmeras matérias-primas à Metrópole, o Governo Português decidiu abdicar de certos condicionalismos industriais até então impostos à colónia e, assim, em 1972/1973 surgiram diversas intenções de investimento na produção de adubos em Angola, que não chegaram à materialização.

Na década de 80, junto a um depósito de fosforites localizado na comuna da Mucula, Província do Zaire, foi construído um complexo extractivo e de benefício, com a capacidade de produção de 1.500 ton./ano de fosforite moída, sob um processo tecnológico composto por crivagem, lavagem, moagem e ensacamento. As condições então vigentes forçaram o encerramento da unidade, que continua inactiva.

VII. Linhas de Força e Objectivos Estratégicos

As deficiências da formação de quadros e operários nacionais, a irregularidade e dramática insuficiência dos abastecimentos de água e energia eléctrica, a quase completa destruição dos sistemas de transportes, distribuição e comercialização, as fortes limitações técnicas e operacionais dos portos, o deficiente funcionamento das telecomunicações tanto internas como para o exterior, inscrevem-se no lote dos consabidos e destacados factores de estrangulamento do desenvolvimento de Angola.

A correcção, recuperação e o anulamento das situações decorrentes dos efeitos dos condicionadores referidos, dada a sua expressão generalizada e abrangência total da vida e actividade nacional, têm, inevitavelmente, que ser objecto de uma abordagem e intervenção integradas sob conceitos de um planeamento geral harmonizado.

Um projecto de aproveitamento racional dos recursos agro-minerais e do lançamento da indústria de fertilizantes obriga a um padrão de referências específicas no âmbito mineiro industrial e agrícola, e a compromissos de carácter integrante por parte das entidades governamentais que tutelam os citados sectores.

Linhas de força e objectivos estratégicos por entidades directamente responsáveis

Fases	Linhas de força (Acções fundamentais a desenvolver)	Entidades responsáveis
I (2004- -2006)	Estudos e aprofundamento do conhecimento das ocorrências, do «Quantum» e da explorabilidade económica, relativamente a: Fosfatos e guanos Enxofre/matérias-primas do enxofre Sais de potássio Calcários (calcíticos e dolomíticos)	Min. da Geol. e Minas Min. da Geol. e Minas Minist. dos Petróleos Min. da Geol. e Minas
	Aumento do consumo unitário de fertilizantes por hectare cultivado. Instauração de sistemas funcionais de distribuição de fertilizantes.	Min. Agric. Des. Rural
	Divulgação do uso de fertilizantes através de acções de vulgarização. Promoção da investigação/experimentação nos aspectos relativos à fertilidade do solo e às tecnologias da fertilização e correcção.	Min. Agric. Des. Rural Min. Agric. Des. Rural
	Instituição de serviços de assistência eficiente à agricultura.	Min. Agric. Des. Rural
	Reposição em marcha do projecto de aproveitamento das fosforites da Província do Zaire.	Min. Geol. e Minas Minist. da Indústria
	Estudo de viabilidade de um projecto de produção de amoníaco e de ureia. Decisão relativa ao projecto de produção de amoníaco e de ureia.	Minist. da Indústria Minist. dos Petróleos
II de 2007 A 2025	Aumento do consumo unitário de fertilizantes por hectare cultivado. Por intensificação dos esforços no âmbito da distribuição, vulcanização, investigação, experimentação e assistência técnica. Prosseguimento dos estudos de base relativos às reservas de agro-minerais. Definição de alternativas processuais na transformação dos recursos agro-minerais inventariados e avaliados. Análises técnico-económicas das alternativas processuais de transformação seleccionadas. Elaboração de estudos de pré-viabilidade das variantes seleccionadas Elaboração de projectos. Decisões envolvendo os investimentos. Construção e arranque do(s) com-	Min. Agric. Des. Rural Min. Geol. e Minas Minist. dos Petróleos Minist. da Indústria Minist. da Indústria Minist. da Indústria Minist. da Indústria Minist. da Indústria

O esquema a seguir apresentado configura uma proposta de guia metodológico e de observação das principais questões a ter em conta, no período de curto prazo 2004-2006 e longo prazo de 2007 em diante, do ponto de vista estratégico, pelos Ministérios de Geologia e Minas, Petróleos, da Indústria e da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

Análise Sintética de determinantes na exploração e industrialização dos recursos agro-minerais

Contexto Interno		Contexto Externo
Forças	Debilidades	Determinantes favoráveis
<p>População muito jovem, com grande apetência e vontade de aprender.</p> <p>Existência de uma força de trabalho muito considerável, disponível para apoiar o processo de desenvolvimento do País.</p>	<p>Altas taxas de analfabetismo e baixos níveis de escolarização.</p> <p>Escassez de recursos humanos com educação, formação e qualificações apropriadas.</p> <p>Falta de empregos urbanos, problemas de pobreza, segurança e de reintegração de milhares de pessoas.</p>	<p>A vantagem comparativa do País na produção de adubos, dada a disponibilidade dos seus recursos agro-minerais industrializáveis.</p> <p>Em termos relativos, Angola tem condições para aspirar a uma posição interessante, face a terceiros, no domínio da produção de derivados dos recursos agro-minerais.</p> <p>A integração regional no quadro da SADC permite a eventual perspectivização de benefícios decorrentes da exportação de amoníaco, produtos das rochas fosfatadas (ácido fosfórico e superfosfatos) e de adubos em geral.</p> <p>As actividades relacionadas com a exploração, benefício e transformação de recursos agro-minerais suscitam os interesses da oferta internacional para investimentos industriais.</p>
<p>Grande extensão territorial com abundância de recursos hídricos e diversidade ecológica.</p> <p>Consideráveis condições para uma diversidade de cultivos e tipos de exploração agrícola, pecuária e florestal.</p> <p>Potencialidades para asseguramento da auto-suficiência relativamente a grande parte dos bens alimentares e para a exportação de inúmeros produtos agro-industriais.</p> <p>Existência de um importante estrato de agricultores tradicionais.</p>	<p>Baixa densidade populacional.</p> <p>Baixo nível de fertilidade de grande parte dos solos do País.</p> <p>Baixa produtividade agrícola em consequência do uso de técnicas rudimentares, de mínimos inputs, serviços de extensão agrícola inadequados, limitado acesso ao crédito, política de preços desincentivadora e ineficientes mecanismos de comercialização.</p> <p>Escassez de recursos humanos, financeiros, técnicos e de infra-estruturas de apoio ao desenvolvimento rural.</p>	<p>Determinantes Desfavoráveis</p> <p>A previsão de um escasso crescimento anual do consumo mundial de adubos (pelo menos até 2010).</p> <p>A inexistência de condições para o País competir, nos tempos próximos, no mercado internacional, particularmente com a produção de adubos dos países asiáticos e do leste europeu.</p> <p>A pesada e persistente dependência tecnológica subjacente na instalação e funcionamento da indústria de adubos em países subdesenvolvidos.</p> <p>A enorme vulnerabilidade dos países africanos num contexto de globalização, tendo de bater-se num mercado aberto onde não dispõem de condições de partida para enfrentarem uma situação de forte competição sem limites.</p> <p>A manutenção de barreiras comerciais pelos países ocidentais, que dificultam as exportações dos países em desenvolvimento, particularmente de produtos que integram valor acrescentado.</p> <p>As estratégias empresariais das multinacionais, que modelam as políticas económicas dos países desenvolvidos e ditam a ordem económica mundial segundo os seus interesses de maximização do lucro.</p> <p>O interesse dos países ricos em que a integração de África na economia mundial continue a fazer-se pela via do fornecimento de mão de obra barata e de matérias-primas a baixos preços.</p>
<p>Grande potencial geológico-mineiro em matéria de recursos agro-minerais.</p>	<p>Insuficiente conhecimento e inventário dos recursos agro-minerais existentes.</p> <p>Deficiente quantificação das ocorrências.</p> <p>Custos elevados para a prospecção, exploração, beneficiamento e transformação.</p>	
<p>Disponibilidade das principais matérias-primas necessárias ao estabelecimento de uma indústria nacional de adubos (Gás natural, fosforites, sais de potássio, enxofre/matérias-primas de enxofre).</p>	<p>Dimensão actual do mercado interno a dificultar a instalação de capacidades adequadas à produção a preços favoráveis conseguidos à custa de grandes economias de escala.</p> <p>Elevada degradação e destruição de infra-estruturas básicas existentes, em particular das relativas à energia, água, estradas e telecomunicações.</p> <p>Inexistência de um sistema racional, articulado e multimodal de transportação.</p> <p>Inexistência de grupos económicos nacionais fortes e de grandes empresas nacionais.</p> <p>Grande dependência dos financiamentos externos.</p> <p>Acentuada burocracia administrativa do Estado.</p>	

VIII. Fases de Desenvolvimento da Exploração e da Industrialização dos Recursos Agro-Minerais

Matriz Estratégica

Domínios	Componentes Fundamentais
<i>Recursos e infra-estruturas exigidos pela produção de fertilizantes.</i>	Gás natural. Fosforites. Sais de potássio. Enxofre/matérias-primas de enxofre. Electro-energia. Disponibilidades de água. Outras matérias-primas, materiais auxiliares e energentes. Infra-estruturas de transportes (caminhos de ferro, rodovias, cabotagem marítima, portos, etc.).
<i>Exigências postas pela expansão do uso de fertilizantes.</i>	Logística da distribuição de adubos: comunicações e infra-estruturas, armazenagem e canais de distribuição. Preços e política de preços de adubos. Medidas estimuladoras da promoção do consumo de adubos (subsídios, créditos). Agro-Técnica. Organização dos Serviços de Apoio, Vulgarização e Consultativos Agrícolas. Investigação agrónómica visando, particularmente, o domínio de aspectos importantes da dinâmica solo x planta.
<i>Questões do foro dos projectos industriais.</i>	Seleção dos projectos a serem estudados. Estudos de viabilidade técnica, económica e financeira dos projectos seleccionados. Estudos de mercado. Engenharia dos projectos. Dimensão e localização dos projectos. Análise dos impactos dos projectos. Investimentos dos projectos. Financiamento e Organização. Avaliação. Aprovação dos projectos e Seleção dos parceiros. Formas de implementação em modalidades alternativas (eventualmente).
<i>Educação e formação (recursos humanos)</i>	Políticas públicas activas, apropriadas, nas áreas da educação, formação e capacitação técnicas e da ciência e tecnologia.

Os principais determinantes do encaminhamento a dar à exploração e industrialização dos recursos agro-minerais são identificados e analisados no quadro seguinte.

As questões fundamentais para o aproveitamento racional dos recursos agro-minerais e para o lançamento da indústria de fertilizantes encontram-se reunidas na matriz que segue.

Tendo em consideração o jogo de forças e fraquezas expostas no primeiro quadro e as certezas e incertezas críticas que ressaltam do segundo quadro (vd. págs. 89 e 91, da Estratégia) propõe-se o desenvolvimento paulatino e seguro de uma estratégia desdobrada em duas fases consequentes, que se designam por Fase I e Fase II.

A Fase I (2004 – 2006): Esta fase configura uma plataforma de partida, abarcando uma previsão temporal de três anos (até 2006) e tem como objectivo fundamental a preparação de condições para uma decisão realística quanto a um desenvolvimento concreto e célere de projectos conducentes a produção de fertilizantes. Constituirá um mini estádio evolutivo, com metas que não pretendem ir além de estudos de base exigidos por um desenvolvimento amplo e sustentado do sub-sector dos agro-minerais, evidenciando a exploração de fosfatos, guanos e de calcários dolomíticos e da sua transformação, em moldes de satisfação do consumo interno e da produção de eventuais quantidades marginais para exportação, e da decisão quanto à concretização de um projecto de produção de amoníaco/ureia, a partir do aproveitamento do gás natural.

Na execução desta fase da Estratégia, observar-se-á os limites financeiros estabelecidos no OGE para 2004. Os outros recursos financeiros serão incorporados nos anos 2005 e 2006.

A Fase II (2007 – 2025): Esta fase é conformada pela aglutinação de desempenhos, visando um ponto de chegada, configurando um maxi-estádio possível do aproveitamento dos recursos agro-minerais, de conformidade com uma optimização das capacidades das matérias-primas disponíveis, e envolve, para além da satisfação das necessidades nacionais ampliadas de fertilizantes e correctivos — quantitativa e qualitativamente —, a exportação de uma gama, o mais diversificada, de produtos acabados e semi-acabados de elevado valor acrescentado. Esta fase tem por horizonte o ano 2025, e, por perspectiva, a integração do fabrico de fertilizantes no quadro de um Cluster tão inteiro quanto possível.

Cenários da Estratégia:

Do ponto de vista da agricultura actual angolana, o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural preconiza a localização de áreas importantes para a basificação de sectores estratégicos descritos no programa de investimentos. Tendo em conta a extensa dimensão do País e na base da divisão administrativa adoptada pelo sector agrário, são estabelecidos quatro pontos estratégicos distribuídos pelas seguintes regiões: Norte, Centro, Sul e Leste.

A delimitação do País por regiões facilitará a distribuição e comercialização de fertilizantes produzidos no País com a participação directa das indústrias extractivas e transformadora nacionais envolvidas na implementação da presente estratégia.

Para implementação desta estratégia são apresentados alguns cenários, que poderão ajudar na opção que levará ao desenvolvimento da indústria agro-mineral em Angola, para produção de fertilizantes, visando o fomento mineiro, industrial e agrícola.

Cenário I: Neste cenário prevê-se a criação de uma empresa estatal com exclusividade de direitos mineiros dos agro-minerais, que fará a exploração destes recursos, em todo o território nacional.

O objectivo é garantir o abastecimento em matérias-primas de origem mineira às empresas estatais ou mistas de produção de fertilizantes, podendo exportar os excedentes.

As vantagens deste cenário estão na garantia no fornecimento às fábricas de produção de fertilizantes, que por sua vez poderão comercializar os seus produtos no mercado local, a preços baixos até aos pequenos agricultores. Isto implica que a empresa estatal seja dotada de capacidade técnico-financeira e operacional para desenvolver os projectos de exploração mineira e actividade industrial em áreas pré-definidas, e permitirá ao Estado o controlo dessas actividades.

Como principal desvantagem, aponta-se os enormes recursos financeiros necessários à implementação e escassez de mão de obra qualificada para o desenvolvimento da empresa estatal que irá produzir os agro-minerais, bem como aquelas que surgirão na produção de fertilizantes. As limitações financeiras, associadas a localização de empre-endimentos necessários, poderão retardar a implementação da estratégia.

Cenário II: Neste cenário, pretende-se entregar à iniciativa privada nacional ou estrangeira a exploração de agro-minerais a fornecer matérias-primas às fábricas de fertilizantes privadas, que deverão praticar preços bonificados aos agricultores, tendo o Estado o papel de licenciador, promotor e fiscalizador.

Como vantagem, não há participação financeira do Estado em todo processo produtivo, passando esse esforço para a iniciativa privada e asseguramento de um sistema de comercialização mais dinâmico dos produtos, de acordo com a economia de mercado. As receitas fiscais serão

baseadas em projectos acordado com o Governo através do contrato-programa.

A desvantagem deste cenário é a entrega de recursos minerais estratégicos e seus derivados à iniciativa privada que poderá não acautelar os objectivos do Estado que visam o combate à fome e à miséria através do fomento e desenvolvimento da agricultura a todos os níveis de forma harmonizada com a participação activa dos Governos Provinciais e as comunidades.

Caso não forem condicionadas as exportações de fertilizantes, Angola poderá voltar à actual situação de importadora desses produtos, o que constituiria um retrocesso na auto-suficiência preconizada na presente estratégia, criando dificuldades na melhoria das condições para a segurança alimentar.

Cenário III: O presente cenário prevê uma participação activa de empresas estatais e mistas, na exploração das rochas fosfatadas, que irão fornecer o abastecimento às empresas de fertilizantes. Por outro lado, os direitos mineiros para a produção dos correctivos dos solos de origem mineira serão outorgados aos privados nacionais e/ou estrangeiros, que, de igual modo, abastecerão os produtores de fertilizantes no País, podendo exportar os produtos excedentes. De igual modo, as empresas envolvidas deverão celebrar contrato-programas com o Estado de modo a satisfazer as necessidades locais.

Este cenário apresenta vantagens de permitir a instalação de infra-estruturas que favorecerão a distribuição e a comercialização de fertilizantes em todo o País com participação de iniciativas privadas e estatais numa convivência estruturada. A presença do Estado permitirá regular as actividades para o alcance dos objectivos preconizados na presente estratégia. O papel do Estado será de dinamizar e promover todos os projectos que concorram para este fim.

As desvantagens residem na criação do monopólio na exploração de rochas fosfatadas, menor envolvimento da iniciativa privada e proliferação de fábricas de produção de fertilizantes, cuja concorrência local poderá obrigar a exportação excessiva dos produtos necessários para a satisfação das necessidades do País.

De realçar, que este cenário prevê a implementação do projecto de Produção de Amónia, e a exportação da totalidade da produção numa primeira fase, bem como, à posteriori, a execução dos projectos de produção de granulados de ureia e nitrato de amónia.

Destaca-se que, com a execução destes projectos, estarão criadas condições de base para a produção de fertilizantes azotados em Angola.

Para implementação do Projecto de Amónia será criada uma empresa mista, na qual a Sonangol deterá a participação do Estado, que será 25%.

Estima-se que participarão na fase de construção e instalação dos equipamentos cerca de 2500 trabalhadores, após a fase de arranque dos projectos serão criados novos postos de trabalho.

Cenário IV: Neste cenário prevê-se deixar toda a implementação da estratégia à iniciativa privada, através de concursos a realizar para cada projecto, ficando o Estado a desempenhar o papel de promotor, regulador e fiscalizador das actividades, condicionando as importações e exportações de fertilizantes, na base do contrato-programa específico para cada caso e considerando outros dispositivos que permitam o abastecimento regular de produtos às actividades agrícolas do País, a preço aceitável.

Como vantagem, não há participação financeira do Estado em todo processo produtivo e de comercialização, podendo se aplicar os princípios de economia de mercado. As receitas fiscais resultarão das tributações provenientes dos projectos que forem desenvolvidos.

Como desvantagem, aponta-se a liberalização da actividade que poderá provocar para o Estado o fraco controlo da real implementação dos projectos e a satisfação atempada das necessidades do País na incentivação e dinamização da actividade agrícola nos ritmos desejados.

Opção pelo Cenário III

Mercê das reflexões e discussões sobre os cenários acima descritos, sugere-se a opção pelo cenário III, pelas vantagens que o mesmo apresenta.

Nesta conformidade, o papel do Estado será de dinamizar e promover todos os projectos que concorram para este fim, com a participação de iniciativa privada e estatal, numa convivência salutar na base de empresas a constituir.

Para o efeito, os investimentos que devem ser realizados nos anos 2005 e 2006, de carácter geológico-mineiro, o Estado terá uma participação minoritária de 30%, equivalente a um valor total de USD 3 280 000,00, enquanto que o sector empresarial privado e os Bancos Comerciais participariam com 70%, equivalente a um valor total de USD 5 810 000,00.

No que concerne aos investimentos de carácter industrial, nos projectos de produção de enxofre e de sais de potássio sugere-se que o Estado realize 25%, do valor, equivalente a USD 4 750 000,00 e o Empresariado privado 75%, equivalente a USD 14 250 000,00. Quanto aos projectos de produção de amoníaco e de ureia, num valor total de investimentos de USD 650 000 000,00, 70% (USD 455 000 000,00) deverão ser provenientes da Banca Comercial e 30% (USD 195 000 000,00) repartidos entre empresas privadas e estatais. Deste valor (USD 195 000 000,00), serão para empresas estatais 25%, correspondendo a USD 48 750 000,00 e os restantes 75% para as empresas privadas, correspondendo a USD 146 250 000,00.

Relativamente aos investimentos de carácter agrário, as acções serão desenvolvidas de acordo com o plano interno do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, respeitando os limites financeiros estabelecidos no Orçamento Geral do Estado, correspondendo a um valor de USD 3 820 000,00, considerando as necessidades em fertilizantes e apoio aos agricultores.

O valor global do esforço do Estado (Orçamento Geral do Estado), rondará os USD 11 850 000,00 e o valor global do projecto será cerca de USD 226 910 000,00.

Tendo em conta que Angola possui grandes recursos agro-minerais e condições susceptíveis para o lançamento de fertilizantes e aproveitando a existência de estudos já elaborados sobre os fosfatos para o desenvolvimento da indústria agro-mineral, o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural deverá inscrever as acções constantes desta estratégia na carteira de projectos bancáveis no quadro do Programa Detalhado de Desenvolvimento da Agricultura Africana/NEPAD (PDDAA/ NEPAD).

IX. Medidas Gerais de Política e Acções Complementares Influentes

A execução de uma estratégia exige um enquadramento institucional adequado e capaz de gerar condições e sinergias que contribuam para despertar o interesse pelo seu objecto, atrair a atenção dos investidores, minimizar os riscos ou contingências a que qualquer empreendimento está sujeito, e permitir «lastrar» os projectos.

Para levar por diante as iniciativas demarcadas nesta estratégia há, para além dos requisitos já colocados, que observar, também, o tratamento de outras questões preponderantes, como as que são destacadas a seguir.

A Política Governamental

Muitos estudos das políticas governamentais que se relacionam, de algum modo, com as vantagens nacionais em algumas actividades ou grupos de actividades, revelam que as políticas educacional, tributária, de assistência à saúde, antitruste, regulamentadora, ambiental, fiscal e monetária aparecem, com frequência, como mais relevantes.

Dadas as condições e a situação de Angola, afigura-se necessário uma intervenção estratégica do Governo na vida económica e social, estimulando o desenvolvimento do «capital social» e, a par disso, um desempenho de regulação, coordenação e fiscalização, centrado na criação de condições básicas para o crescimento da economia.

O Investimento Privado

A apreciação realista dos problemas nacionais não pode deixar de concluir que o investimento privado terá de desempenhar um papel decisivo na materialização dos empreendimentos a desenvolver no quadro da presente estratégia.

No domínio do investimento privado, torna-se necessário agir por forma a obter acordos equilibrados, assegurando a realização dos objectivos políticos, económicos e sociais do País e, na medida do possível, o assento local dos centros de decisão económica e estratégica, sem prejuízo dos legítimos e justos interesses dos parceiros estrangeiros.

A participação dos angolanos no capital das entidades formadas à base do investimento estrangeiro poderá configurar uma via interessante, até mesmo se conjugada com o facto das privatizações poderem ser um instrumento de apoio à emergência de grupos económicos nacionais.

Influências e Opções Políticas do Governo

Política de Protecção

Algumas actividades de exploração mineira e de produção industrial carecem de medidas de protecção, ainda que limitadas no tempo e na amplitude, por forma a que possam nascer e sobreviver perante situações concorrenciais, até atingirem a capacidade normal de laboração.

Política de Preços

Tendo em conta a importância que os fertilizantes potencialmente desempenham no processo de desenvolvimento da agricultura, o baixíssimo poder económico da maioria dos produtores e a necessidade da criação de um clima incentivador do emprego de adubos, torna-se imperioso o estabelecimento de medidas adequadas visando o embaratecimento dos adubos a nível do agricultor.

Política de Crédito

Existe actualmente uma evidente marginalização do agricultor no recurso ao crédito agrícola.

Não dispondo de poupança, e debatendo-se com uma enorme debilidade económica, a grande massa de pequenos agricultores vê-se impedida do emprego de novas técnicas entre os quais se inclui o uso de fertilizantes. Só o recurso ao crédito, em combinação com a indispensável assistência técnica, permitirá a massificação desejada dos fertilizantes.

Regulação Jurídica

A actividade mineira é regulada, no essencial, pela Lei n.º 1/92.

No espírito do que a referida lei estabelece, sugere-se, para a implementação da estratégia, a constituição de uma empresa estatal, ou de capital misto, que deterá os direitos mineiros dos agro-minerais em áreas a reservar e que terá por objectivo a prospecção, a exploração, o beneficiamento e a comercialização desses agro-minerais industriais para o fornecimento de matérias-primas à indústria de fertilizantes e conexas.

Preconiza-se que a parte angolana, incluindo os possíveis parceiros privados nacionais, venha a deter uma participação minoritária nas eventuais sociedades ou empresa agro-industrial a criar, no âmbito dos projectos.

Não obstante ser necessária a presença do Estado em todos os projectos, será aconselhável que os investimentos para o aproveitamento racional dos agro-minerais para a instalação da indústria de fertilizantes e conexas em Angola sejam realizados através de parcerias estratégicas devidamente seleccionadas.

Considerando as limitações financeiras e tecnológicas, associadas, ainda, ao capital intensivo exigido para a implementação dos projectos mineiros e da indústria de fertilizantes, afigura-se pertinente a adopção de medidas que permitam a alocação de certas receitas cambiais específicas ou linhas de crédito nos diversos empreendimentos, por forma a garantir a participação efectiva do Estado e do empresariado nacional.

Política no domínio da Ciência e Tecnologia

Assume enorme importância o apetrechamento dos quadros nacionais em matéria de conhecimentos que incentivem o interesse pela investigação, particularmente da aplicada, e pelo estudo da adaptação e aplicação de tecnologias e das inovações que venham a ser importadas.

O estímulo às melhorias na ciência e tecnologia é papel do Governo, e importa reforçar esta observação destacando que o Sistema Nacional da Ciência e Tecnologia, mesmo numa fase embrionária do seu processo de crescimento, deve equacionar o seu apoio ao desenvolvimento desta estratégia, particularmente através do estabelecimento de redes e parcerias que assegurem desempenhos em áreas da investigação aplicada nos domínios de maiores necessidades e potencial do País, designadamente nos campos das ciências agrárias e dos sistemas produtivos básicos, de baixa e média intensidade tecnológica.

X. Custos e Financiamentos Prospectivos Período 2004 a 2006

(Fase I)

Para cumprimento da programação inscrita na primeira fase da estratégia, e de acordo com a opção pelo cenário III, estão previstos investimentos no montante global da ordem de USD 84 350 000,00, cuja descrição por empreendimentos e repartição anual é apresentada no quadro 47, onde se pode verificar o esforço do Estado e os investimentos privados.

As acções a serem desenvolvidas no ano 2004, estão estabelecidas dentro dos limites financeiros do Orçamento Geral do Estado.

XI. Resultados Esperados

Prevê-se que o esforço projectado na presente estratégia permita resultados muito abrangentes e em coerência com um desenvolvimento relativamente harmónico e autossustentado nos sectores produtivos, designadamente nos sectores agrário, mineiro e industrial.

Trata-se de uma estratégia actuante e cautelosa que, numa óptica de maior visibilidade, proporcionará dentre outros, os seguintes resultados:

- a) fomento e aumento de determinadas produções agrícolas, estruturalmente ou conjunturalmente tidas por convenientes, em particular junto do sector tradicional, através, sobretudo, do aumento unitário da produção e da produtividade;
- b) recuperação e ampliação da rede de infra-estruturas básicas de contribuição directa e significativa para o aumento da produção;
- c) elevação da condição social e económica da população, particularmente da população rural (com consequências na redução da pobreza, na minimização dos problemas da fome e do êxodo rural);
- d) melhoria do conhecimento do potencial mineiro do País e actualização da informação geológica e mineira;
- e) contribuição para o desenvolvimento económico e social do País, através da utilização dos seus recursos minerais como matérias-primas para a indústria transformadora nacional, como produtos redutores ou de substituição das importações, e de ampliação das exportações;
- f) criação de novas indústrias;
- g) modernização do tecido industrial;
- h) aumento do número de empregos, mediante a criação de novas entidades empregadoras;
- i) aumento do índice de industrialização;
- j) aumento da participação da indústria transformadora no PIB total;
- k) captação do investimento privado, tanto interno como externo;
- l) expansão da investigação aplicada e de desenvolvimento, com contribuição directa para o aumento da produção;
- m) melhoria da balança comercial nacional;
- n) aumento das taxas de crescimento médio do PIB total;
- o) aumento do PIB/habitante.

Quadro 49 — Programa de Investimentos e Financiamento — Opção Cenário III

Empreendimentos	2004		2005				2006				Total		Fontes de financiamentos			
			USD		USD		USD		USD		USD		Estado		Privado	
	Global	Privado	Global	Estado	Privado	Global	Estado	Privado	Global	Estado	Privado	Estado	Privado	Estado	Privado	
A — De Carácter Geológico e Mineiro																
A1 — Inventariação e estudos das jazidas de:																
a) Fosfatos	150 000,00	150 000,00	100 000,00	100 000,00	100 000,00	100 000,00	100 000,00	100 000,00	250 000,00	0	0	100%E	0	100%E		
b) Enxofre/matérias-primas do enxofre	100 000,00	100 000,00	80 000,00	80 000,00	80 000,00	80 000,00	80 000,00	80 000,00	180 000,00	0	0	100%E	0	100%E		
c) Sais de potássio	100 000,00	100 000,00	80 000,00	80 000,00	80 000,00	80 000,00	80 000,00	80 000,00	180 000,00	0	0	100%E	0	100%E		
d) Calcários	100 000,00	100 000,00	80 000,00	80 000,00	80 000,00	80 000,00	80 000,00	80 000,00	180 000,00	0	0	100%E	0	100%E		
A2 — Exploração das rochas fosfatadas do Zaire e sua valorização	1 500 000,00	450 000,00	1 000 000,00	450 000,00	1 050 000,00	1 000 000,00	300 000,00	700 000,00	750 000,00	1 750 000,00	1 750 000,00	30%E	1 750 000,00	30%E	70%E	
A3 — Exploração de enxofre	1 500 000,00	450 000,00	1 500 000,00	450 000,00	1 050 000,00	1 500 000,00	450 000,00	1 050 000,00	450 000,00	1 050 000,00	1 050 000,00	30%E	1 050 000,00	30%E	70%E	
A4 — Exploração de sais de potássio	1 500 000,00	450 000,00	1 500 000,00	450 000,00	1 050 000,00	1 500 000,00	450 000,00	1 050 000,00	450 000,00	1 050 000,00	1 050 000,00	30%E	1 050 000,00	30%E	70%E	
A5 — Exploração de rochas fosfatadas de Cabinda	1 500 000,00	450 000,00	500 000,00	450 000,00	1 050 000,00	500 000,00	150 000,00	350 000,00	600 000,00	1 400 000,00	1 400 000,00	30%E	1 400 000,00	30%E	70%E	
A6 — Exploração de calcário e dolomites	500 000,00	150 000,00	300 000,00	150 000,00	350 000,00	300 000,00	90 000,00	210 000,00	240 000,00	560 000,00	560 000,00	30%E	560 000,00	30%E	70%E	
Sub-Total	3 950 000,00	1 500 000,00	5 140 000,00	1 500 000,00	2 450 000,00	5 140 000,00	1 780 000,00	3 360 000,00	3 280 000,00	5 810 000,00	5 810 000,00	0	5 810 000,00	0	0	
B — De Carácter Agrário																
B1 — Recuperação e ampliação das infra-estruturas de investigação científica	480 000,00	480 000,00	240 000,00	480 000,00	240 000,00	240 000,00	240 000,00	240 000,00	720 000,00	100%E	100%E		720 000,00	100%E		
B2 — Projectos de estudos de fertilidade de solos e métodos de adubação e melhoria de técnicas culturais	200 000,00	200 000,00	200 000,00	200 000,00	200 000,00	200 000,00	200 000,00	200 000,00	400 000,00	100%E	100%E		400 000,00	100%E		
B3 — Construção e apetrechamento das infra-estruturas de apoio ao agricultor	600 000,00	600 000,00	300 000,00	600 000,00	300 000,00	300 000,00	300 000,00	300 000,00	900 000,00	100%E	100%E		900 000,00	100%E		
B4 — Construção e apetrechamento de laboratórios de análise de solos e adubos	1 200 000,00	1 200 000,00	600 000,00	1 200 000,00	600 000,00	600 000,00	600 000,00	600 000,00	1 800 000,00	100%E	100%E		1 800 000,00	100%E		
Sub-Total	2 480 000,00	2 480 000,00	1 340 000,00	2 480 000,00	1 340 000,00	1 340 000,00	1 340 000,00	1 340 000,00	3 820 000,00	0	0	0	3 820 000,00	0	0	
C — De Carácter Industrial																
C1 — Projecto de produção de amoníaco	0	0	105 000 000,00	0	0	105 000 000,00	26 250 000,00	78 750 000,00	26 250 000,00	78 750 000,00	78 750 000,00	25%E	78 750 000,00	25%E	75%E	
C2 — Projecto de produção de enxofre	5 000 000,00	1 250 000,00	5 000 000,00	1 250 000,00	3 750 000,00	5 000 000,00	1 250 000,00	3 750 000,00	2 500 000,00	7 500 000,00	7 500 000,00	25%E	7 500 000,00	25%E	75%E	
C3 — Projecto de produção de sais de potássio	4 500 000,00	1 125 000,00	4 500 000,00	1 125 000,00	3 375 000,00	4 500 000,00	1 125 000,00	3 375 000,00	2 250 000,00	6 750 000,00	6 750 000,00	25%E	6 750 000,00	25%E	75%E	
C4 — Produção da ureia	9 500 000,00	2 375 000,00	204 500 000,00	2 375 000,00	7 125 000,00	204 500 000,00	51 125 000,00	153 375 000,00	22 500 000,00	209 250 000,00	209 250 000,00	25%E	67 500 000,00	25%E	75%E	
Sub-Total	9 500 000,00	2 375 000,00	204 500 000,00	2 375 000,00	7 125 000,00	204 500 000,00	51 125 000,00	153 375 000,00	4 750 000,00	209 250 000,00	209 250 000,00	0	4 750 000,00	0	0	
Total Geral	0	0	11 850 000,00	0	11 850 000,00	11 850 000,00	11 850 000,00	11 850 000,00	215 060 000,00	215 060 000,00	215 060 000,00	226 910 000,00	215 060 000,00	226 910 000,00	0	0

Obs.: Investimento para o ano 2004:

(a) De Carácter Geológico: O IGEO realizará as acções iniciais utilizando o seu plafond do OGE. Nos anos subsequentes o total é de USD 3 280 000,00.

(b) De Carácter Agrário: O MINADER desenvolverá estas acções de acordo com o plano interno, nos limites do OGE. No entanto, o valor total é de USD 3 820 000,00.

(c) De Carácter Industrial: O MINID actuará nesta estratégia em função da localização das fontes das matérias-primas de acordo com as necessidades agrícolas. Por outro lado, estes valores serão contemplados no Programa de Desenvolvimento Industrial.

(d) O valor global da comparticipação do Estado com recurso ao OGE é de USD 11 850 000,00.

O Primeiro Ministro, *Fernando da Piedade Dias dos Santos*.